


DIREITO

Data: 30/06/2019

Número de questões: 30 (trinta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 1h30 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. Após uma hora de permanência no local de realização das provas será permitido ao candidato levar o caderno de provas.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **01/07/2019**.
11. O prazo para interposição de recursos do gabarito provisório será no dia **02/07/2019**, por meio de requerimento totalmente preenchido e encaminhado para o e-mail: eucandidato@ciee.org.br. O arquivo do requerimento está disponível para download no Portal do CIEE.
12. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, horário e localidade em ordem decrescente de pontos obtidos.
14. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
15. O resultado definitivo será divulgado no dia **04/10/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
16. O processo seletivo terá validade de 12 meses, contado a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado a critério da TJDFT.
17. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
18. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

O Código de Defesa do Consumidor não se preocupou em conceituar positivamente o instituto da publicidade até porque não é esta sua função primordial. Assim, por não tratar diretamente de uma definição do que seja publicidade, o estudioso do Direito do Consumidor deve, primeiramente, buscar o conceito deste complexo instituto fora dos limites do direito. O legislador, entretanto, tratou de legislar de forma negativa o conceito de publicidade, haja vista que determinou definições legais sobre o que seja *publicidade enganosa e abusiva* em seu artigo 37 e parágrafos, fazendo entender que os anúncios que não se coadunem com estes dispositivos possam ser vistos como legais, por inexistência de proibição específica. Conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, é considerada publicidade enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que seja inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, capaz de induzir a erro o consumidor sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, propriedade, origem, preço ou quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

A publicidade é toda atividade intermediária entre o processo de venda e compra de bens para obtenção de um maior número vendas através de um chamamento vinculado por qualquer meio de comunicação com conteúdo comercial. Ela é considerada abusiva quando gera discriminação, provoca violência, explora o medo e a superstição do consumidor, aproveita da inocência da criança, desrespeita valores ambientais e induz a comportamentos prejudiciais — saúde e — segurança. A regra legal do artigo 30, do Código de Defesa do Consumidor, não deixa dúvidas de que “*toda informação ou publicidade, suficientemente veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação...*” deve obedecer — diretrizes legais ali contidas.

Relacionado entre os direitos básicos do consumidor, definidos no artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, está o direito à informação, verdadeira preocupação dos elaboradores da lei, visto que os danos

eminentes de uma oferta publicitária mal elaborada são de ordem irreparável para os consumidores e, algumas vezes, para o próprio fornecedor. O artigo 30, do Código de Defesa do Consumidor, veio enfatizar e transformar em princípio a obrigatoriedade de informações que devem ser propostas pelo fornecedor que deseja contratar, não sendo admitido que uma informação publicitária ou uma oferta veiculada pelo sistema de envio de mensagens pela internet não possa ser submetido ao crivo da Legislação Consumerista.

As informações vinculadas pelas mensagens de massa não solicitadas devem seguir o disposto no artigo 31, do Código de Defesa do Consumidor, e trazer informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia e prazos de validade. Caso a mensagem de massa não solicitada não cumpra tais requisitos, poderá ser incluída entre as práticas de publicidade abusiva ou enganosa e sujeitar o fornecedor às sanções previstas para esta atividade, conforme disposto no artigo 37 e parágrafos do Código de Defesa do Consumidor.

Em regra, as mensagens de massa não solicitadas são enviadas pela internet e algumas através de telefonia celular. Neste segundo caso, especificamente, deve-se aplicar o disposto no artigo 33, pois isto ocorre através de verdadeira oferta por telefone, devendo o fornecedor disponibilizar em sua publicidade o nome do fabricante e seu endereço. Além disso, o Código de Defesa do Consumidor proíbe a promoção de publicidade enganosa ou abusiva e prevê pena de três meses a um ano de prisão e multa para quem incorrer na prática. O ideal é que a publicidade feita em panfletos, anúncios em jornais, revistas, rádios ou emissores de TV seja clara, objetiva e que tenha veracidade. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá em seu poder, para informação aos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos para provar a veracidade das publicidades, devendo cumprir tudo o que foi anunciado.

(Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/publicidade-e-oferta-no-codigo-de-defesa-do-consumidor/>. Acesso em: 10/06/2019. Com adaptações.)

1. Em “Conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, é considerada publicidade enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que seja inteira ou parcialmente falsa (...)” (1º§), quanto à formação da palavra “enganosa”, é correto afirmar que se trata de um adjetivo:

- (A) Primitivo e simples.
- (B) Derivado e simples.**
- (C) Primitivo e composto.
- (D) Derivado e composto.

2. Domingos Paschoal Cegalla (2010) ensina que “a ortografia trata do emprego correto das letras e dos sinais gráficos na língua escrita”. Com base nesse postulado e considerando algumas palavras empregadas no texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. A palavra “natureza” (1º§) é grafada com final “eza” pelo mesmo motivo que o termo “repreza”.
- II. O termo “einentes” (3º§) é homônimo da palavra “iminentes”, que significa “imediatos, próximos”.
- III. O vocábulo “mensagem” (4º§) é escrito com “g” por ser um substantivo terminado em “agem”. Tal regra ortográfica possui uma exceção, materializada através da palavra “pajem”.

É correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) III.**
- (C) I e II.
- (D) II e III.

3. Assinale a alternativa que apresenta a palavra que, da forma como é empregada no texto, NÃO corresponde a um adjetivo.

- (A) falsa (1º§)
- (B) clara (5º§)

- (C) ideal (5º§)**
- (D) primordial (1º§)

4. Considerando o trecho “Relacionado entre os direitos básicos do consumidor, definidos no artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, está o direito à informação (...)” (3º§) e possibilidades de reelaboração da sua mensagem, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a palavra “informação” fosse flexionada no plural, haveria supressão do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede.
- II. Se a palavra “informação” fosse substituída pela expressão “tratamento cortês”, haveria elisão do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede.
- III. Caso a palavra “direito” fosse substituída pelo termo “acesso”, não haveria eliminação do acento indicativo de crase no termo que imediatamente a antecede.

É correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.**

5. Ao criar uma paráfrase reescrevendo o excerto “O Código de Defesa do Consumidor proíbe a promoção de publicidade enganosa ou abusiva” (5º§), em consonância com as regras da concordância nominal, iniciando o trecho com “De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,” o complemento adequado seria:

- (A) proibida a promoção de publicidade enganosa ou abusiva.
- (B) proibido a promoção de publicidade enganosa ou abusiva.
- (C) é proibida a promoção de publicidade enganosa ou abusiva.**

(D) é proibido a promoção de publicidade enganosa ou abusiva.

6. A iniciais maiúsculas presentes em “Código de Defesa do Consumidor” também são utilizadas em outras situações, conforme a palavra:

- (A) Julho: que indica o nome de um mês.
- (B) Carnaval: que representa uma festa popular.
- (C) Argentino: que corresponde a um nome gentílico.
- (D) Oriente: quando este ponto cardeal designa uma região.

7. O termo “conteúdo”, empregado em “A publicidade é toda atividade intermediária entre o processo de venda e compra de bens para obtenção de um maior número vendas através de um chamamento vinculado por qualquer meio de comunicação com conteúdo comercial” (2º§), “é acentuado por ser um vocábulo que apresenta _____ entre “e” e “u”, tendo a vogal _____ “u” sozinha na sílaba”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- (A) hiato / átona
- (B) hiato / tônica
- (C) ditongo / átona
- (D) ditongo / tônica

8. Em “Assim, por não tratar diretamente de uma definição do que seja publicidade, o estudioso do Direito do Consumidor deve, primeiramente, buscar o conceito deste complexo instituto fora dos limites do direito” (1º§), caso a palavra “estudioso” fosse flexionada no plural, quantas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- (A) Uma.
- (B) Duas.

- (C) Três.
- (D) Quatro.

9. As palavras “violência” (2º§) e “língua” (4º§) são classificadas, correta e respectivamente, como:

- (A) paroxítona e paroxítona.
- (B) paroxítona e proparoxítona.
- (C) proparoxítona e paroxítona.
- (D) proparoxítona e proparoxítona.

10. As lacunas tracejadas no segundo parágrafo do texto podem ser correta e respectivamente preenchidas com:

- (A) a / a / à
- (B) a / à / a
- (C) à / a / a
- (D) à / à / à

NOÇÕES GERAIS DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. É correto afirmar que as fontes do Direito Processual Civil são:

- (A) a doutrina e a lei, como fontes mediatas.
- (B) a doutrina e a jurisprudência, como fontes imediatas.
- (C) a lei e os costumes, como fontes imediatas.
- (D) os costumes, apenas.

12. Assinale a alternativa que apresenta o princípio pelo qual cada faculdade processual deve ser exercitada dentro da fase adequada, sob pena de se perder a oportunidade de praticar o ato respectivo.

- (A) Princípio da verdade real.
- (B) Princípio da economia processual.
- (C) Princípio da eventualidade ou da preclusão.
- (D) Princípio da duração razoável do processo.

13. Segundo Humberto Theodoro Júnior, no processo de conhecimento, a ação exercida pode desdobrar-se em três diferentes modalidades. A modalidade que busca obter, por intervenção judicial, mudança na situação jurídica existente entre as partes, isto é, tem por fim a criação, modificação ou extinção de uma relação jurídica, é ação

- (A) **constitutiva.**
- (B) declaratória.
- (C) condenatória.
- (D) executória.

14. De acordo com o disposto no art. 240 do NCPC, a citação válida produz alguns efeitos. Dentre eles, está(ão):

- I. **induz a litispendência.**
- II. **torna litigiosa a coisa.**
- III. **interrompe a prescrição.**

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) **I, II e III.**

15. Dentre os princípios fundamentais que informam a substância da jurisdição, aquele em que o Poder Judiciário não pode agir por iniciativa própria, devendo agir somente após provocação da parte, é denominado princípio da

- (A) indeclinabilidade.
- (B) indelegabilidade.
- (C) investidura.
- (D) **inércia.**

16. Quando alguém, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para prestar-lhe colaboração ocorre o instituto do(a)

- (A) **denúnciação da lide.**

- (B) **assistência.**
- (C) chamamento ao processo.
- (D) amicus curiae.

17. A regra geral a ser observada no processo civil quanto à forma de realização da citação é a por

- (A) **correio.**
- (B) oficial de justiça.
- (C) edital.
- (D) escrivão.

18. Acerca da invalidade dos atos processuais, é correto afirmar que o ato que não reúne os mínimos requisitos de fato para sua existência como ato jurídico, do qual não apresenta nem mesmo a aparência exterior denomina-se ato

- (A) **inexistente.**
- (B) absolutamente nulo.
- (C) anulável.
- (D) irregular.

19. Conforme dispõe o NCPC, os despachos serão proferidos pelo juiz no prazo de

- (A) quarenta e cinco dias.
- (B) trinta dias.
- (C) **cinco dias.**
- (D) uma semana.

20. Conforme estabelece o art. 53 e incisos do NCPC, é competente o foro para ação de dissolução de união estável

- (A) do último domicílio do casal, caso haja filho incapaz.
- (B) do local de nascimento de filho incapaz.
- (C) **de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.**
- (D) do lugar do ato ou fato para a ação.

**NOÇÕES GERAIS DE DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

21. São características do sistema inquisitório, **EXCETO**:

- (A) inexistência de contraditório pleno.
- (B) gestão da prova nas mãos das partes.**
- (C) aglutinação de funções nas mãos do juiz.
- (D) parcialidade do juiz.

22. Acerca do inquérito policial, previsto no Código de Processo Penal (CPP), assinale a alternativa correta.

- (A) No relatório, é vedado à autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.
- (B) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.**
- (C) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência que não poderá ser negada pela autoridade.
- (D) É prerrogativa da autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito.

23. De acordo com o CPP, o mandado de prisão

- (A) será lavrado pelo delegado e assinado pela autoridade.
- (B) será lavrado pelo oficial de justiça e assinado pelo juiz.
- (C) será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade.**
- (D) será lavrado pelo oficial de justiça e assinado pelo escrivão.

24. Com relação à ação penal, conforme dispõe o CPP, considere V para verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação penal pública.

() O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

() O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

- (A) V / V / V
- (B) F / F / V
- (C) V / F / F
- (D) F / V / V**

25. Segundo Aury Lopes Jr., é muito importante distinguir os atos de prova daqueles meros atos de investigação (produzidos na fase pré-processual). Assim, são atos de prova aqueles que

- (A) servem para a formação da *opinio delicti* do acusador.
- (B) podem ser praticados pelo Ministério Público ou pela Polícia Judiciária.
- (C) não estão destinados à sentença.
- (D) estão dirigidos a convencer o juiz de uma afirmação.**

26. Segundo o CPP, ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar:

- I. os seus ministros, nos crimes comuns.**
- II. os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com os do Presidente da República.**
- III. o procurador-geral da República, nos crimes comuns e de responsabilidade.**

É correto o que está contido em

- (A) I, II e III.**
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

27. Com relação às testemunhas no processo penal, é correto afirmar que

- (A) é permitido à testemunha trazer o depoimento por escrito, não necessitando prestá-lo oralmente.
- (B) as pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem.
- (C) é vedado ao juiz ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- (D) é vedado à testemunha trazer apontamentos para consulta em seu depoimento.

28. O art. 306 do CPP dispõe que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente

- (A) ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) à família do preso ou à pessoa por ele indicada, apenas.
- (C) ao delegado de polícia, ao escrivão e ao Ministério Público.
- (D) ao juiz competente, ao Ministério Público e ao Defensor Público nomeado pelo juiz.

29. Segundo estabelece o CPP, será admitida a decretação da prisão preventiva

- (A) nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima de quatro anos.
- (B) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a oito anos.
- (C) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- (D) nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima de oito anos.

30. Acerca da prisão domiciliar, prevista no CPP, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A prisão preventiva imposta à mulher que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- (B) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando a agente for gestante.
- (C) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
- (D) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de sessenta anos.